



Universidade de Brasília
Instituto de Letras – IL
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas – LIP

A Língua Portuguesa do Brasil e o Novo Cenário Econômico Mundial

Jordana Peixoto Felisberto

**Brasília
2012**



Universidade de Brasília
Instituto de Letras – IL
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas – LIP

A Língua Portuguesa do Brasil e o Novo Cenário Econômico Mundial

Jordana Peixoto Felisberto

Trabalho de conclusão de curso elaborado à Universidade de Brasília como requisito parcial para a graduação em Letras – Português

Orientadora: Professora Doutora Rachel do Valle Dettoni

**Brasília
2012**

Agradecimentos

A Deus, sobre todas as coisas. A Nossa Senhora, que sempre cobre minha cabeça com seu manto de amor.

Aos meus pais, que são meus heróis. Minha mãe que é minha base e minha força, meu pai que me dá asas para querer ir além.

Ao meu irmão, quase filho, que sempre me enche de amor e ternura com seu carinho, mesmo nos momentos mais complicados.

À minha orientadora, Professora Doutora Rachel do Valle Dettoni, pela paciência, apoio e dedicação que me ofereceu, por participar de uma etapa muito importante de transição da minha vida acadêmica. Por sua disposição e força.

Aos amigos e colegas que me apoiaram, me ajudaram e me encorajaram, em especial, meu querido “excelentíssimo parento” José Elias Gabriel, Leandro, Isadora, Renata, Marina, Beatriz.

A uma família querida, Fê, Mi, João e Chico.

Índice

Introdução.....	5
1 Fundamentação Teórica.....	7
1.1 O Português como língua oficial do Brasil.....	7
1.2 Panorama da Língua Portuguesa no mundo atual	9
1.3 A Língua Portuguesa no cenário político-econômico internacional.....	10
2. Desenvolvimento	12
2.1 A Política do Idioma.....	12
2.2 A Política do Idioma e o Português	14
2.3 O Contexto do Brasil - Panorama histórico-econômico	15
2.3.1 De Vargas a Lula	15
2.3.2 O Brasil atual	18
2.4 A Política Lingüística do Brasil	18
2.5 O Brasil e a Expansão da sua Cultura e Língua	19
2.5.1 O CELPE – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros ..	20
2.5.2 Os CCBs – Centros Culturais Brasileiros.....	20
2.5.3 Os ICs - Institutos Culturais	21
2.5.4 Os Leitorados.....	21
2.6 A reflexão na divulgação da Língua Portuguesa do Brasil	21
3. Considerações finais	25
Bibliografia.....	27

Introdução

Esta monografia foi elaborada a partir do interesse em retratar a realidade da Língua Portuguesa do Brasil como idioma relevante para o cenário político econômico internacional.

Inicialmente, é necessário entender que a maioria das civilizações que promoveram conquistas de territórios e de outros povos utilizavam, além de métodos diretamente opressores, como guerras e escravidão, o domínio por meio da repressão da cultura e, conseqüentemente, do idioma dos oprimidos. Estudos históricos sociolinguísticos conseguem comprovar que a política linguística existe desde os tempos da Antiguidade, vide, por exemplo a dominação latina durante a expansão do Império Romano.

Na realidade brasileira, a Língua Portuguesa chega ao continente sul americano na época da expansão marítima européia, seu destaque dado à Península Ibérica, e se instala na colonização do Brasil. É aí que o idioma português tem sua maior visibilidade, sendo difundido por quatro continentes e em várias colônias (obviamente, também no Brasil) onde ganha status de língua oficial.

Mais próxima da realidade contemporânea está o predomínio da língua inglesa no mundo, que ocorre não graças a conflitos específicos e diretos, mas à ascensão econômica dos Estados Unidos no século XX, adotada como língua oficial (diplomática) de negociações internacionais, em órgãos mundiais e organizações de alta visibilidade no cenário mundial. A expansão do imperialismo ajuda a caracterizar uma nova era e um novo meio de dominação linguística (cultural) que possui um enraizamento consolidado pela economia e dolarização do mercado internacional. Segundo Menezes (1993), a política imperialista do inglês, definiu um novo quadro linguístico como um sistema hierarquizado de posições que valoriza, num primeiro plano, a oposição ocidente *versus* oriente para neutralizar a importância político-ideológica da então União Soviética e da China. Por outro lado manipula a oposição rico *versus* pobre para capitalizar prestígio linguístico dos ricos e estabelecer uma gradação de prestígio dos idiomas com base na economia dos diversos estados nacionais.

Ainda, segundo Menezes, o sistema de lugares linguísticos condiciona a política externa dos idiomas e determina limites.

Após esses esclarecimentos pode-se então definir a temática deste trabalho. É esse viés que abrange a área de trabalho que será explorada, a política lingüista do Brasil que se mostra em ascensão.

Aqui pretendo analisar a clara valorização do idioma brasileiro, tentando embasar a pesquisa através de dados quantitativos a respeito do aumento da procura do ensino da Língua Portuguesa, especialmente da variedade brasileira do português, por falantes não nativos ou estrangeiros.

Para realizar o trabalho foi necessário adentrar no âmbito dos estudos sobre linguagem e sociedade, mais especificamente no contexto da política do idioma e sua história, assim como um pouco da própria história político-econômica do Brasil, para que se possa fazer entender o percurso da valorização do Português Brasileiro nas negociações internacionais e organizações mundiais.

Vale ressaltar que existiu certa dificuldade na coleta de informações durante a pesquisa, devido ao fato de a literatura a respeito do tema ser ainda bastante esparsa, às vezes limitada e de difícil acesso. Entretanto a pesquisa de fontes teóricas permitiu a evolução e desenvolvimento do assunto, de maneira a compilar informações iniciais para servir de base a estudos mais aprofundados, que tentem entender a política lingüística do Brasil como parte da política externa brasileira, que é realizada pelo Ministério das Relações Exteriores.

1 Fundamentação Teórica

1.1 O Português como língua oficial do Brasil

Paul Teyssier trata da oficialização do Português como língua do Brasil em seu livro “A História da Língua Portuguesa”, (1997). Segundo ele, a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil é datada de 1500, porém a verdadeira colonização começou realmente trinta e dois anos depois. Ao chegar ao Brasil, os portugueses encontraram uma população indígena nativa muito volumosa. Depois, importaram da África uma grande quantidade de escravos. A partir daí tem-se a formação inicial e básica da cultura brasileira. A grosso modo, graças ao contato entre o Português Europeu, as línguas Tupi, especialmente o Tupinambá e o Tupiniquim e as influências das línguas africanas é que foi moldada a Língua Portuguesa falada no Brasil.

Ainda sob o ponto de vista de Teyssier (1997), ao longo do século XVIII, é que começa a documentação de alguns traços específicos que caracterizam o português brasileiro, em documentos de literatura descritiva e que falam a respeito de “dialetos ultramarinos”, no caso da Índia e Brasil.

Num contexto multicultural que existia no país, a língua do colonizador, a portuguesa, estava em desvantagem, devido ao pequeno contingente demográfico de europeus que contrastava com o número avantajado de índios e negros. No período colonial, os ‘colonos’ de origem européia falavam o português europeu, mas já com alguns traços específicos diferenciadores, que se acentuaram no decorrer do tempo. As populações indígenas e as de origem africana, que tiveram que aprender o português como segunda língua, e mesmo as mestiças não o utilizavam com desenvoltura, apenas de forma imperfeita. Além disso, concomitante ao português e concorrendo com ele em vastas regiões do Brasil colonial (p.ex. Capitania de São Vicente e do Maranhão ao Amazonas) existia a ‘língua geral’, o Tupi, simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e a partir daí, tornado uma língua comum. Durante um longo tempo o português e o tupi conviveram lado a lado, sendo utilizados para a comunicação no dia-a-dia. Durante as expedições de bandeirantes, por exemplo, a língua utilizada era a geral.

Como já observado anteriormente, entende-se que a língua é instrumento componente das estratégias de dominação entre povos e, portanto, a Língua Portuguesa, representante do dominador, foi utilizada como ferramenta para o mesmo fim. Perder espaço poderia significar perder força e, segundo José Honório Rodrigues (1983), os portugueses, para se impor, deveriam utilizar de todos os recursos.

Na segunda metade do século XVII, a língua geral entra em decadência, por vários motivos. Além da chegada de mais imigrantes portuguesas, devido à busca pelo ouro, houve a criação da Lei do Diretório, de 3 de maio de 1757, cujos decretos foram aplicados inicialmente no Pará e no Maranhão e se estenderam depois, em 1758, por todo o Brasil, proibindo o uso da língua geral e obrigando oficialmente o uso da língua portuguesa. Depois disso, cinquenta anos mais tarde, o português eliminou definitivamente a língua geral, da qual restam apenas algumas palavras e topônimos.

Teyssier (1997) afirma que a questão da língua não é, no Brasil, apenas uma controvérsia de gramáticos, mas representa uma identidade nacional unificada e significativa para um país de tamanha vastidão territorial.

Após a Independência, em 1822, a valorização do que caracterizava o Brasil como país diferente da metrópole passou a vigorar nos contextos socioculturais, fazendo com que surgisse uma busca pelo retrato real da identidade cultural, enquanto nação independente e auto-suficiente.

Essa diferenciação ocorre em diversas áreas de produção cultural, na economia e em vários outros campos, inclusive no estabelecimento do que é o Português brasileiro.

Há atualmente na língua diversidades “geográficas” e muitos linguistas tentam mapear os “falares” brasileiros. Entretanto, percebe-se que as variações ocorridas na língua portuguesa falada no Brasil nos dias atuais estão intrinsecamente relacionadas à questão sócio-econômica dos falantes, a ‘dialetologia’ brasileira, como Teyssier menciona, é mais vertical do que horizontal, nesse ponto de vista.

1.2 Panorama da Língua Portuguesa no mundo atual

O Português hoje é falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Goa, Damão e Diu. Segundo Itacira Ferreira (1996), estas constatações são fruto da ação portuguesa como país colonizador iniciada nos fins do século XV.

Também segundo o texto, afirma-se que Portugal, nos últimos cinquenta anos, tem buscado implantar uma política oficial com respeito à expansão da língua, estabelecida nos anos 30 com a criação de leitorados nas universidades européias e americanas, por exemplo.

A Constituição da República Portuguesa especifica em seu artigo 78 que o Estado é obrigado, em colaboração com todas as escolas e outras instituições dedicadas à cultura, a desenvolver relações culturais com todos os povos, especialmente aqueles cuja língua é a portuguesa, e garantir a proteção e a promoção da cultura portuguesa nos países estrangeiros.

Segundo Ferreira, a preocupação com a política da língua, de acordo com o material estudado, é mais visível na criação da Comissão Nacional da Língua Portuguesa em 1986, com 21 membros que representavam as maiores instituições culturais do país, com o objetivo de fornecer ao governo dados atualizados sobre a situação da língua portuguesa no mundo.

Fruto mais evidente desta Comissão foi o Acordo da Reforma Ortográfica com o Brasil, que visa simplificar e unificar as regras ortográficas dos países envolvidos, bem como facilitar o uso da língua portuguesa em organizações internacionais, liberando-as da escolha entre duas ortografias oficiais atualmente usadas, a portuguesa e a brasileira.

Segundo a autora, ainda, a existência de uma política de expansão da língua tem a ver com a consciência de que a língua correntemente falada em três continentes não é apenas um legado histórico, mas um elemento geopolítico de grande relevância.

Existem estratégias de expansão do Português nos países estrangeiros, especialmente na Europa, garantindo uma tentativa de conseguir tornar a Língua Portuguesa uma das línguas de comunicação internacional.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), representa um grande avanço nesse aspecto. Em 1996, a organização foi criada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, posteriormente acolhendo o Timor-Leste, depois da independência do país. São atualmente oito participantes da Comunidade, que tem por intuito

ser um “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” (SOBRINHO, 1996).

Os portugueses consideram indispensável negociar com outros parceiros a integração do ensino de português dentro dos sistemas de educação, a criação de instituições e centros para o ensino, e a expansão da língua e da cultura através de acordos mútuos.

O fato de Portugal ser pertencente à União Européia também conta como fator positivo à política do idioma lusitano, já que constitui uma das línguas integrantes da U.E., dando visibilidade maior.

Atualmente, na África, como na Europa, o português é o terceiro idioma mais falado. Na América do Sul, o Brasil tem alguns produtos culturais, como carnaval, futebol, música e telenovela, que contam significativamente na expansão e internacionalização da Língua Portuguesa.

No Oriente, o país mais importante para o português tem sido a China. O interesse pelo idioma tem sido crescente, principalmente em Macau, ex-colônia portuguesa considerada uma ponte entre os membros da CPLP, em especial Brasil e Angola.

1.3 A Língua Portuguesa no cenário político-econômico internacional atual

Desde o advento do MERCOSUL, segundo a Professora Simone Malaguti (2007), o espanhol ganhou um espaço privilegiado nas escolas e universidades brasileiras e é integrante atual do nosso currículo escolar. O português ainda não atingiu o mesmo patamar nos países de língua espanhola, entretanto o Brasil, desde a década de oitenta, recebe uma quantidade enorme de expatriados e de bolsistas estrangeiros falantes de espanhol e de outros idiomas (mas em menor proporção) que desejam estudar o português graças às novas possibilidades oferecidas pelo MERCOSUL. No sentido político internacional o Brasil tem papel significativo e relevante, por abrigar as filiais de empresas de todo o mundo, as reservas naturais e ser o país mais populoso dos integrantes do bloco econômico sul-americano.

Alguns estrangeiros já iniciam o estudo da LP em seu próprio país de origem, como os estudantes e pesquisadores, que conseguem suas bolsas apenas após a apresentação de documentos de proficiência no português.

Entretanto, a maior parte aprende a língua somente quando chega ao Brasil e, com frequência, sem o devido acompanhamento e regularização do ensino da língua.

O prognóstico, segundo a autora, deve mudar. Graças às políticas linguísticas da Europa, e mais forçosamente, graças à postura do Brasil na economia internacional é que a internacionalização da identidade dos países de Língua Portuguesa será reconhecida e, conseqüentemente, o aprendizado do português.

Quem faz essa previsão, segundo pesquisas de Malaguti (2007), é a CPLP, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a direção do Instituto Camões e a reitoria da Universidade Aberta, em Portugal.

O português é a terceira língua mais falada no continente europeu, e Portugal tem sido membro ativo, acompanhando o trabalho desenvolvido pelo Conselho da Europa.

Em 2008, no “Dia Europeu de Línguas”, o governo português anunciou a reestruturação do Instituto Camões e da visibilidade da Língua Portuguesa, devido à expansão do idioma e dos interesses dos alunos, que não querem só aprender a língua literária, mas também a cotidiana, a científica e a comercial.

O país também tem se responsabilizado tanto pela organização dos seminários, programas de ensino e de bolsas de estudos, como pela elaboração de materiais didáticos e concepção de ações de formação de docentes. Vê-se que Portugal tem a preocupação de melhorar a representatividade na Espanha e nos países onde há maior presença portuguesa, como a França, Suíça, Alemanha e Luxemburgo.

Atualmente, segundo a autora, “surgem, no âmbito do ensino de línguas estrangeiras, questões a respeito do interculturalismo, do narrativismo, do multilinguismo e do regionalismo” (2007, p.15). Ainda faltam materiais didáticos que realmente consigam abranger esses aspectos culturais e que sejam mais diversificados em se tratando do público alvo de cada tipo de curso. Mas, se as previsões feitas pelos acadêmicos acontecerem e o MERCOSUL continuar a se afirmar como um bloco econômico forte e homogêneo, é natural que haja mais demanda e, com isso, possibilidades de melhorar as ofertas, seja para o encorajamento de pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros na criação de novos materiais, seja com a predisposição de investir na visibilidade do português.

Como exemplo da representação significativa do Brasil no MERCOSUL, por exemplo, em 2009 passou a ser obrigatório o ensino de português brasileiro na Argentina em escolas de

nível médio e em escolas primárias de províncias da região de fronteira com o Brasil. A disciplina é optativa para estudantes de instituições públicas e privadas, mas as escolas devem ofertá-la de maneira permanente. Isso equipara a Argentina ao Brasil, que já possui o ensino do espanhol como obrigatório desde agosto de 2005. A norma Argentina determina que a lei esteja em plena vigência até 2016, com prioridade para as Províncias da região de fronteira.

2. Desenvolvimento

2.1 A Política do Idioma

Quando falamos de política, tratamos diretamente de relações de poder. Portanto, quando se trata de política lingüística assumimos que a referência são as relações de poder existentes na linguagem. E é justamente este ponto de vista que se faz necessário para a análise da política do idioma.

Para Stacciarini (1988), a política do idioma ou planejamento lingüístico é a “alteração deliberada do corpus lingüístico, isto é, da própria língua, por meio de uma intervenção planejada (...) e pode ser realizada em qualquer nível da estrutura lingüística (fonético, fonológico e morfossintático)”.

Segundo Menezes, a história fornece uma grande quantidade de exemplos de papel civilizatório da palavra estrangeira e sua função na dinâmica cultural:

“A palavra estrangeira carrega uma pulsão de acesso ao novo, ao desconhecido. É impregnada de uma enorme tensão de poder organizador das energias latentes de superação da tendência entrópica das formas sociais.” (MENEZES, 1993, p.16)

A autora ainda afirma que a tensão de poder, quando historicamente associada à palavra estrangeira, está na verdade expressando a consciência histórica dos povos através da “dimensão ideológica” dessa consciência envolvendo os conceitos de “força, sacralidade, santidade”. A palavra estrangeira configura um sentido de sagrado no inconsciente de diversas sociedades, representa aos seus falantes qualidades extraordinárias, estabelece fronteiras entre o que é sacro e o profano, o desconhecido, etc.;

A partir daí, a evolução desse conceito de poder, força e autoridade que está culturalmente arraigada à palavra desconhecida, ou estrangeira, se desenrola estrategicamente na dominação de grupos, pela ótica das relações sociais.

Durante o crescimento e ascensão do capitalismo monopolizador, a ideologia por trás da palavra estrangeira foi representada pela “competência lingüística dos países ricos”.

A política do idioma é então uma ferramenta das políticas militares, econômicas, religiosas, sociais de dominação. E num âmbito internacional seu enfoque são as relações externas, ou internacionais.

Sob o ponto de vista de que a organização do mercado internacional, com base em uma relação de poder, confecciona então uma ordem internacional em que cada Estado ocupa uma posição vertical, a palavra estrangeira passa a ser hierarquizada. A partir daí, a língua de cada país assume, então, sua expressão de poder, força e verdade.

Após a revolução industrial o conceito de Estado teve suas dimensões mais abrangentes e a hegemonia das grandes potências (em termos de dimensão territorial ou mesmo continental) se tornou algo real e palpável. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico-científico conseguiu superar a hegemonia de dimensão, pelo que Menezes (1993) chama de “imperialismo do monopolismo”, como no caso do Japão e seu avançado desenvolvimento no campo da ciência.

Durante o colonialismo, quando estavam em expansão os Estados coloniais, os idiomas nacionais europeus se disseminavam. Quando se passou a dimensionar a territorialidade da língua surgiu então um critério definidor, o “*status* da palavra estrangeira”. Nesse tipo de contexto é que a Língua Portuguesa se consolidou, durante as expansões marítimas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a dimensão da territorialidade da língua, segundo Menezes (1993), passa a ser um fator secundário sob a pressão do fator político-econômico, latente no momento de conflito.

A soberania dos Estados Unidos, que se engessou após a Segunda Guerra Mundial, determinou que o inglês fosse o idioma dominante no cenário lingüístico mundial.

A questão político-econômica do “poder da palavra estrangeira” do inglês é tão forte que, ao disputar com os idiomas de outros países considerados, na época, de ‘primeiro-mundo’, como, por exemplo, o francês, superou e se consolidou num *status* privilegiado.

Menezes afirma:

“A imposição do dólar, a “palavra” da circulação da produção mundial como moeda oficial no mercado internacional associou-se o uso do idioma

inglês como palavra estrangeira de trânsito transnacional, desenvolvendo então uma política internacional do idioma inglês de dupla face. A face pública patrocinada pelos organismos internacionais como ONU, OEA, OTAN e outros que privilegiam o uso do idioma inglês nos documentos oficiais e nas tentativas diplomáticas de caráter multilateral. A face privada, capitaneada principalmente pelas empresas multinacionais, com vista à padronização de instruções relativas ao funcionamento, uso, manutenção, garantia e outros aspectos imbricados na comercialização de seus produtos, patrocina uma política internacional de idioma das mais consistentes e eficazes. (...). (MENEZES, 1993, pg.19)

Entendemos, por esse exemplo prático, que a política internacional da língua é determinada pela questão sócio-econômica da ordem mundial dos Estados. Além disso, essa questão possui enorme visibilidade no cenário político mundial.

2.2 A Política do Idioma e o Português

A preocupação de Portugal com a expansão da lusofonia existe desde os tempos coloniais, mas é apenas de meio século até os dias atuais que foram concretizadas medidas de uma política de expansão do idioma.

Tal política começou a ser estabelecida na década de 30 com a criação do Instituto de Alta Cultura (IAC), que, a partir de 1936, teve a função de espalhar a língua e a cultura portuguesa, criando uma rede de leitorados.

A partir de 1976, segundo Ferreira (1996), o IAC foi substituído por duas outras organizações, o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), que possuía uma publicação homônima que durante muito tempo se constituiu numa fonte útil de informação sobre a política de expansão da língua de Portugal.

Depois de algum tempo da criação dessas instituições, o foco da política de expansão deslocou-se para os recém-descolonizados países africanos de língua portuguesa.

Em geral, Portugal estabelece como objetivo mais importante da política referente às comunidades portuguesas, a preservação da língua e da cultura portuguesa.

Após o fim da ditadura militar portuguesa, em 1974, a nova situação em que se encontrava o país mostrava a dificuldade em redefinir sua identidade nacional. O idioma se fez

um dos elementos mais importantes para a consolidação da nova etapa e a criação da Comissão Nacional da Língua Portuguesa em 1986, constituída de 21 países membros, com o objetivo de fornecer ao governo dados atualizados sobre a situação da língua portuguesa no mundo apenas confirma o processo autoafirmativo da nação.

Resultado prático da criação desta Comissão é o acordo sobre a nova reforma ortográfica, que hoje vigora nos países participantes.

2.3 O Contexto do Brasil - Panorama histórico-econômico

2.3.1 De Vargas a Lula

De 1930 a 1945, período conhecido como Era Vargas, teve-se o fortalecimento da industrialização do Brasil. Rompendo com a tradição essencialmente agrícola e com a finalidade de evitar que o país ficasse vulnerável a outras nações, Vargas foi o responsável pelas instalações de grandes indústrias substituindo o modelo de importação, voltando-se para o abastecimento interno.

Em seguida, na era JK, a partir de 1955 até 1960, conhecida como Era de Ouro, o Brasil dinamizou o processo de industrialização brasileira e fez com que o mercado interno começasse a receber novos investimentos, estes advindos do capital externo, aquecendo a economia, e fazendo justamente o contrário da época de Vargas, que representara um modelo nacionalista.

Explica Tiago Xavier (2009):

“O crescimento industrial que ocorreu a partir do início do governo JK estava estruturado em um tripé formado pelas empresas estatais, pelo capital estrangeiro e, como sócio menor, pelo capital nacional. As empresas estatais participavam fortemente no setor produtor de bens intermediários. Os setores de energia, transporte, siderurgia e refino do petróleo recebiam a maior parte dos investimentos do governo. O capital privado estrangeiro dominava amplamente a produção industrial brasileira. Dominavam com folga a produção de bens de consumo duráveis e eram majoritários na produção de bens de capital. Além disso, tinham presença significativa nos setores de bens intermediários e de bens de consumo não duráveis. O objetivo do plano de metas só seria alcançado com a participação dominante do capital externo. O capital privado nacional era o sócio menor. Sua presença era mais forte no setor produtor de bens de

consumo não duráveis, porém as multinacionais tinham presença significativa nesse setor, respondiam por 43% das vendas do mesmo. (XAVIER, 2009)

Já no período que compreendeu a Ditadura Militar, de 1964 a 1985, houve uma economia mais protecionista e atrelada a políticas econômicas confusas e sem sustentação. Apesar disso, no Brasil, houve o chamado “milagre econômico”, que era baseado no binômio segurança-desenvolvimento. Esse modelo de crescimento econômico instaurado pela ditadura contou com recursos do capital externo, do empresariado brasileiro e com a participação do próprio Estado como agente econômico.

O PNB cresceu, em média, 10% ao ano entre 1968 e 1973. Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda nos governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, principal articulador do "milagre", apostou nas exportações para obter parte das divisas necessárias às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas.

O crescimento do mercado mundial, na época, favoreceu essa estratégia, mas foi a política de incentivos governamentais aos exportadores que garantiu o seu sucesso. Para estimular a indústria, Delfim Netto expandiu o sistema de crédito ao consumidor e garantiu à classe média o acesso aos bens de consumo duráveis.

No período posterior a esse, tem-se a transação democrática, em que o Brasil elegeu seu primeiro presidente civil através do voto direto, Fernando Collor de Mello. Apesar de seus atos de corrupção, Collor começou a abrir a economia para a globalização. Com isso, o neoliberalismo atravessava as fronteiras brasileiras, pondo fim ao protecionismo da indústria nacional.

Discorrendo sobre o assunto, Marquetti e Scherer (1991) explicam que:

“Além das políticas de incentivo, outra lacuna preenchida pelo PCI (Plano Collor I) constituiu-se na indicação de quem deve ser beneficiado. Sobre essa matéria, embora não esteja explícito no Programa, pode-se extrair que as empresas que utilizam tecnologia de ponta e já atuam no mercado internacional terão maiores facilidades para conseguir os incentivos. Isto porque um dos objetivos da Política Industrial e de Comércio Exterior do Governo Collor é o aprofundamento da inserção da economia brasileira no contexto econômico internacional, com o aumento da sua participação nas exportações mundiais”. (1991, p.5).

Após a queda do Presidente Collor, assumiu o governo Itamar Franco. Na realidade de uma inflação alta e uma economia estagnada, surge o Plano Real, com a promessa de estabilizar a moeda e estancar a inflação.

A medida foi efetiva, no entanto, o Brasil não conseguia uma guinada econômica que possibilitasse rumos de crescimento e desenvolvimento.

Sucedendo Itamar Franco, foi eleito o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que manteve as metas estipuladas pelo Plano Real e seguiu em políticas neoliberais, como privatizações, reformas e mudanças administrativas com o fito de modernizar o Estado, a fim de sustentar o desenvolvimento e colocar o país na rota mundial.

De 2003 a 2009, na conhecida “Era Lula”, o novo governo passa a aprofundar as políticas do passado e a valorizar políticas sociais de distribuição e de renda, expansão do crédito e acesso igualitário a todos ao “poder de compra”, antes restrito a apenas uma classe social. Com isso, 16 milhões de pessoas da classe média “C” entram em ascensão, aumentando seu poder aquisitivo.

Em razão disso, o Brasil emerge entre as seis principais potências mundiais, resultando em uma nova visibilidade para a ordem econômica do final do século XX.

Em meio à crise de 2008, graças às políticas econômicas e ao fato da economia interna estar ainda fortalecida, o Brasil conseguiu sair da crise sem maiores consequências, consolidando-se com uma das lideranças dos países emergentes.

Dantas (2012) relembra que nesse contexto, os índices de crescimento econômico apresentaram elevação em 2007 e 2008. Além de em linhas gerais dar continuidade à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula tomou medidas que: cessaram as privatizações e concessões de serviços públicos, aumentaram os superávits comerciais, ampliaram os programas de transferência de renda à população carente, melhoraram a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil - o risco país caiu para cerca de 200 pontos, elevaram a cotação dos títulos da dívida pública emitidos pelo governo brasileiro, elevaram as reservas internacionais. Com isso, o país quitou sua dívida com o FMI e se tornou credor em dólar, em vez de devedor, a dívida interna (resultante da emissão de títulos da dívida pública) foi elevada de R\$ 684 milhões para R\$ 1,1 bilhão entre abril de 2002 e o mesmo mês de 2009

2.3.2 O Brasil atual

De 2010 até hoje, o governo Dilma tem aprofundado e consolidado com maior maturidade a política econômica e, assim, vem demonstrando maior sobriedade que os governos anteriores, mesmo com a crise instalada na Zona do Euro e o fraco crescimento de outros países.

Para o mundo, apesar de estar vivendo uma recessão diante dos gastos desmedidos pelos governantes, o Brasil, vem adotando medidas que possibilitam o fortalecimento da indústria nacional, do acesso e do poder de aquisição por todos brasileiros, novamente ganhando destaque no cenário econômico.

Uma das consequências da retração econômica nos países desenvolvidos é o interesse crescente no mercado brasileiro por imigrantes qualificados, que buscam no país a oportunidade de se desenvolver - como profissionais ou empreendedores.

Os números confirmam o fluxo migratório voltado para empregos e oportunidades de pequenos negócios. O governo brasileiro emitiu 32,8% a mais de vistos de trabalho para estrangeiros de janeiro a outubro de 2011, na comparação com 2010. O crescimento da economia nacional, impulsionado por obras de infraestrutura, de adaptação para a realização do Mundial de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, e também pela exploração do Pré-Sal, aponta para o aumento da onda imigratória nos próximos anos.

Assim, a maior demanda pela língua portuguesa falada no Brasil é evidente, como discutido a seguir, e demonstra que o nosso país tem emergido e tem se posicionado, juntamente com outras nações, a ponto de ter seu idioma reconhecido e valorizado na hierarquia internacional linguística.

2.4 A Política Lingüística do Brasil

Quando analisamos a política linguística do Brasil sob o ponto de vista mundial econômico, como feito nos itens anteriores, entendemos então a posição que a Língua Portuguesa ocupa na hierarquia internacional linguística.

O idioma lusófono está presente em quatro continentes, sendo língua oficial em três deles. Na perspectiva do quadro econômico os países falantes de português têm em comum uma

situação de dependência que varia em sua intensidade. Essa relação limita a força simbólica do idioma enquanto “palavra estrangeira” e restringe sua expansão.

Mesmo que seja determinante, o enfoque político-econômico não exclui o cultural. Existe uma ligação entre o processo de desenvolvimento econômico, social e político e o processo de universalização da escrita. No caso do Brasil e muitos dos países falantes do português, a desigualdade social ainda atrapalha bastante esse processo, em alguns casos em níveis extremos.

Com referência ao Brasil, antes da década de quarenta, a política de difusão da língua portuguesa era restrita à tradução de livros. A preocupação com o controle da expansão da língua e com a educação geral, segundo Ferreira (1996), começou de maneira oficial em 1932, com a criação do Ministério da Educação e Saúde.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), desde então, tem, em seu Departamento Cultural, um apoio aos numerosos centros de língua e cultura.

A promoção e a difusão da Língua Portuguesa é uma ação do governo destinada a expandir o ensino da variedade do idioma falado no Brasil e ampliar a presença cultural brasileira no exterior. Tais atividades inscrevem-se entre as atribuições institucionais do Departamento Cultural (DC) do MRE, conforme o Artigo 32 do Anexo I do Decreto 5.979, de 6 de dezembro de 2006.

Várias estratégias para garantir a expansão da Língua Portuguesa estão em execução atualmente, como a expansão e o aumento da quantidade de centros e institutos culturais, assim como leitorados, a criação da Sociedade Internacional de Português – Língua Estrangeira (SIPLÉ), a padronização da avaliação na proficiência do idioma português através de exames, entre outros.

2.5 O Brasil e a Expansão da sua Cultura e Língua

Com a meta de promover o ensino sistemático da Língua Portuguesa no exterior, bem como de contribuir para a difusão internacional de nossa cultura, o Departamento Cultural (DC) do Ministério das Relações Exteriores mantém a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx).

Subordinada ao DC, a Divisão de promoção da Língua Portuguesa (DPLP) é a unidade do Itamaraty responsável pelo gerenciamento da RBEx, que se estende por mais de 50 países e é composta de 21 Centros Culturais Brasileiros (CCBs, antigos Centros de Ensino Brasileiro,

CEBs), 7 Institutos Culturais (ICs) e 60 leitorados, além de Cursos de Português junto a Vice-Consulados.

A DPLP confere uma atenção particular à colaboração com instituições acadêmicas estrangeiras que desenvolvem trabalhos voltados para o estudo de temas brasileiros. Nesse plano, a Divisão tem liberado recursos para o Núcleo de Estudos Brasileiros de Austin, nos Estados Unidos, Leiden, na Holanda e Berlim, na Alemanha. Além disso, mediante a contratação de professores para ministrarem aulas de Português, a DPLP apóia o ensino do idioma em 3 escolas públicas estrangeiras, denominadas “Escuelas República Del Brasil”, em São Domingos, na República Dominicana, Assunção, no Paraguai e São Salvador, em El Salvador.

2.5.1 O CELPE – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

Conferido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação (SESu/MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o CELPE-Bras. tem por principal finalidade comprovar a competência, em Língua Portuguesa, de candidatos ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que habilitam ao ingresso no sistema universitário brasileiro de estudantes de graduação e pós-graduação provenientes de 45 países em desenvolvimento. Segundo Ferreira (1996), é de grande importância a elaboração e aplicação de exames de proficiência em Língua Portuguesa, o que tem uma influência positiva na construção de uma imagem internacional para qualquer língua e no caso do Português, uma tentativa de consolidação do ensino desse idioma.

2.5.2 Os CCBs – Centros Culturais Brasileiros

Os CCBs constituem o principal instrumento público de promoção da variante brasileira da Língua Portuguesa e suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático do Português falado no Brasil, à difusão da literatura brasileira, às exposições artísticas e espetáculos teatrais, à co-direção e distribuição de textos de autores nacionais, à difusão da música popular e erudita brasileira, à divulgação da capoeira, à celebração de festividades e tradições culturais expressas no calendário do Brasil, à produção cinematográfica brasileira, além de outras inúmeras formas de expressão cultural, como leituras, conferências e seminários. Atualmente existem doze CCBs no continente americano, seis na África e três na Europa.

A Divisão de promoção da Língua Portuguesa assiste os Postos Diplomáticos na manutenção e implementação de atividades da RBEx, cabendo à DPLP autorizar e supervisionar processos seletivos para a contratação de diretores, professores e outros colaboradores dos CCBs, bem como fornecer à Rede de Ensino materiais e equipamentos para seu adequado funcionamento operacional e administrativo. A DPLP libera recursos para a realização de atividades culturais de RBEx, além de ser responsável pela atualização do acervo das bibliotecas das unidades da Rede.

Todos os CCBs e ICs são, ou estão se tornando, postos aplicadores do exame para a obtenção do CELPE-Bras.

2.5.3 Os ICs - Institutos Culturais

Entidades de direito privado local, os sete Institutos Culturais contam com subsídios do Governo brasileiro, por meio de convênios firmados com os Postos e supervisionados pela DPLP, para viabilizar a participação no ensino do idioma português e na divulgação da cultura, História e artes brasileiras no exterior.

2.5.4 Os Leitorados

A rede de Leitorados reúne professores especialistas em Língua Portuguesa e em cultura brasileira, selecionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério de Educação (CAPES/MEC) e por instituições estrangeiras de nível superior para atuação nestas últimas. Os Leitorados desenvolvem funções complementares às dos CCBs, muitas vezes nas regiões nas quais a ampliação da presença cultural brasileira constitui uma das prioridades da política externa do país, como no caso da África. Por funcionarem junto a universidades e a instituições governamentais estrangeiras, os Leitores interagem com segmentos qualificados da sociedade do local, o que contribui para uma divulgação mais eficaz dos diversos aspectos da realidade brasileira.

2.6 A reflexão na divulgação da Língua Portuguesa do Brasil

Nos últimos anos, uma das principais ações do Departamento Cultural, em resposta à crescente demanda pelo ensino da Língua Portuguesa e pelas manifestações culturais brasileiras no exterior, tem sido a valorização e na consistente expansão da RBEx. Os Centros Culturais

Brasileiros, que eram quinze em 2003 e atendiam a 15.559 alunos, somam hoje vinte e um Centros e atendem 28.357 alunos. (Tabela 1)

Tabela 1: A Expansão da Rede de Centros Culturais Brasileiros ao longo dos anos.

Ano	Número de CCBs
2003	15
2004	15
2005	15
2006	16
2007	18
2008	21
2009	21
2010	24
2011	25

Em 2003, havia 31 Leitores brasileiros atuando em universidades estrangeiras; hoje, há 60 Leitores brasileiros atuando em instituições de 41 países. (Tabelas 2 e 3)

Tabela 2 – Relação dos Leitorados em 2003

Área Geográfica	Posto	Universidade
América do Sul	Brasemb Buenos Aires	Universidade de Buenos Aires
	Consbrás Córdoba	Universidade de Córdoba
América Central e Caribe	Brasemb Havana	Universidade de Havana
	Brasemb São Domingos	Universidade Autônoma - UASD
América do Norte	Consbrás Montreal	Universidade de Québec
Europa	Brasemb Berlim	Universidade Técnica de Berlim
	Brasemb Budapeste	Universidade Eötvös Lorand
	Brasemb Copenhague	Universidade Aarhus
	Brasemb Estocolmo	Universidade de Estocolmo
	Brasemb Lisboa	Universidade do Porto
	Brasemb Londres	Universidade de Essex
		King's College, Londres
		Birbeck College
		Universidade de Londres
		Universidade Queen Mary
	Brasemb Moscou	Universidade Estadual de Moscou
	Brasemb Paris	Université Paris III
		Université Paris XIII
		Université de Paris X, Nanterre
		Université de Paris VII
		Université de Lyon II
		Université Blaise Pascal
	Brasemb Viena	Universidade
	Brasemb Roma	Universidade de Bolonha
	Brasemb Varsóvia	Universidade de Varsóvia
África	Brasemb Abidjan	Universidade
	Brasemb Dacar	Universidade
	Brasemb Acra	Universidade
Ásia e Oriente Médio	Brasemb Nova Delhi	Universidade Jawaharlal Nehru
		Universidade de Goa

Tabela 3 – Relação dos Leitorados em 2010

Área Geográfica	Posto	Universidade
América do Sul	Brasemb Assunção	Universidade Católica de Assunção
		Universidade Nacional de Assunção
		Universidade Nacional de Assunção
	Brasemb Buenos Aires	Universidade de Buenos Aires
	Consbrás Córdoba	Universidade de Córdoba
	Consbrás Mendoza	Universidade de Cuyo
	Brasemb Georgetown	Universidade da Guiana
	Brasemb Lima	Universidadde de San Marcos – Letras Universidad Nacional Del Altiplano
	Consbrás Santa Cruz	Universidade Aut. Gabriel René Moreno
América Central e Caribe	Brasemb Santiago	Universidade Católica
	Brasemb Bridgetown	Universidade das Índias Ocidentais
	Brasemb Kingston	Universidade das Índias Ocidentais
	Brasemb Manágua	Universidade Nacional Agrária
	Brasemb Port-of-Spain	Universidade das Índias Ocidentais
	Brasemb Porto Príncipe	Unidade Federal do Haiti
	Brasemb São Domingos	Universidade Autônoma - UASD
	Brasemb São José	Universidade da Costa Rica
América do Norte	Consbrás Los Angeles	Universidade da Califórnia
	Brasemb México	Instituto Politécnico Nacional
Europa	Brasemb Berlim	Universidade Técnica de Berlim
	Brasemb Budapeste	Universidade Eötvös Lorand
	Brasemb Copenhagen	Universidade Aarhus
	BrasembKiev	Universidade Nacional Tarras Schevchenko
	Brasemb Liubliana	Universidade Primorska
		King's College, Londres
		Birbeck College
		Universidade de Londres
	Brasemb Moscou	Universidade Queen Mary
		Universidade Estadual de Moscou
	Brasemb Paris	Université Paris III
		Université Paris XIII
		Université de Paris X, Nanterre
		Université de Paris VII
		Université de Lyon II
		Université Blaise Pascal
	Brasemb Praga	Universidade Karolina
	Brasemb Zagreb	Universidade de Zagreb
	Brasemb Roma	Uniersidade de Bolonha
	Brasemb Varsóvia	Universidade de Varsóvia
África	Brasemb Bissau	UniversidadeAlmícar Cabral - Lusófona
	Brasemb Cotonu	Universidade Abomey-Calavi
	Brasemb Iaundê	Universidade de Iaundê
	Consbrás Lagos	Universidade do Estado de Lagos
	Brasemb Libreville	Universidadde Omar Bongo
	Brasemb Maputo	Instituto Superior de Tecnologia de Maputo
	Brasemb Nairobi	Kenyatta University
	Brasemb São Tomé	Instituto Superior Politécnico
	Brasemb Dacar	Universidade
	Brasemb Acra	Universidade

Tabela 3 (Cont.)

Área Geográfica	Posto	Universidade
Ásia e Oriente Médio	Brasemb Hanói	Universidade de Hanóit
		Universidade de Hanói
	Brasemb Ierevan	Universidade do Estado e Linguística
	Brasemb Pequim	Universidade de Est. Etrang. De Cantão
		Uniersidade de Est. Intern. De Pequim
		Universidade das Comnbicações
Oceania	Brasemb Wellington	Universidade Victoria

Tendo em vista as projeções alcançadas pelo Brasil no cenário internacional, a demanda de ensino da Língua Portuguesa deverá manter a tendência de expansão. Atualmente, a DPLP tem vários pedidos em seu portfólio de abertura de novos Centros Culturais, particularmente na África e na Ásia. Há, ainda, pelo menos duas dezenas de pedidos de criação de Leitorados, e igual número de pedidos de implementação de cursos de português para comunidades de brasileiros no exterior.

Em 2003, 1.712 candidatos estavam inscritos, no exterior, para a obtenção do CELPE-Bras, dos quais 867 foram aprovados. Em 2009, o número de inscritos fora do Brasil chegou a 5.074, e 3.822 obtiveram aprovação no exame, segundo dados do Itamaraty.

Em pesquisa realizada pelo sítio Terra, no primeiro semestre de 2012, pode-se observar que o mercado para professores de português para estrangeiros está aquecido. Segundo a fonte, os europeus e americanos são os que mais procuram cursos para aprender o português do Brasil, seguidos pelos asiáticos.

A maior parte de interessados em aprender o idioma nacional trabalha em multinacionais que exercem atividades no país e que desejam aprender o português para melhorar o próprio currículo e garantir oportunidades de crescimento no local de trabalho.

3. Considerações finais

O que temos de material sobre a política do idioma no Brasil ainda é de difícil acesso e de pouco contingente. A dificuldade é multiplicada quando é tratada sob um ponto de vista internacional que engloba questões sociolingüísticas.

Este trabalho procura validar a existência, em tese, de uma política lingüística brasileira mais forte no exterior. Apesar de estar ainda se desenvolvendo, quando comparado a outros países e a seus históricos de investidas culturais, a política do idioma implantada pelo Brasil no exterior avançou. Isso se dá graças à nova ordem econômica mundial. Entretanto, é necessário reconhecer a realidade de que ainda está em fase de crescimento.

A expansão da presença internacional brasileira e a importância conferida à cooperação entre os países da América do Sul, nos últimos anos, ensejaram novas oportunidades para a promoção da Língua Portuguesa. Uma atualização política de promoção e difusão da Língua Portuguesa teve que existir para acompanhar a nova postura assumida pelo Brasil, em sua política externa. A base dessa nova política é dada pela manutenção e expansão da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, que trabalha já na divulgação ampla e muito eficiente da língua portuguesa e da cultura brasileira.

A Criação da DPLP decorreu da percepção de que a ativação dos instrumentos públicos de promoção do idioma, em particular dos CCBs e dos Litorados, teve efeitos positivos na projeção internacional da variante brasileira do Português.

Segundo dados do Itamaraty, concretamente, a iniciativa representou a valorização dos vetores governamentais na difusão do ensino do idioma, em lugar da política de transferência das atribuições dos Centros Culturais para entidades privadas.

Em coerência com os objetivos da atual política externa brasileira, compete à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa identificar oportunidades e articular recursos para fomentar a consolidação e a expansão da RBEx, associando métodos tradicionais de ensino à introdução de novas tecnologias no campo pedagógico.

Mesmo que as CCBs sejam instituições regidas apenas pelo Ministério das Relações Exteriores, cada uma delas, se comparadas, demonstra essências e razões de ser bastante específicas. Dentre os autores consultados, muitos concordam que, apesar de complicadas, a

padronização e uniformização desses centros são extremamente necessárias para a concretização de uma política do idioma consistente e efetiva.

O Brasil atualmente ocupa uma posição privilegiada e inédita de visibilidade mundial. Uma cultura que antes era restringida ao exotismo e reduzida a caricaturas, hoje impõe uma postura de respeito e gera um interesse genuíno nos outros países. Um grande reflexo dessa situação pode ser acompanhado não só nas observações feitas nesta monografia em relação ao aumento notável de investimentos do governo em expansão e divulgação da identidade nacional, mas também à crescente procura pelo ensino do Português do Brasil para estrangeiros.

Em março de 2012 a renomada revista *The Economist* publicou artigo em que classificava o português falado no Brasil como “a melhor língua para se aprender”. Segundo a publicação o idioma é a escolha mais adequada atualmente, quando se busca um idioma que “não seja possível de se aprender” para um anglófono e que facilita o acesso a um “grupo significativo de interlocutores”, a “loais interessantes para se conhecer” e, o mais relevante ao do ponto de vista deste estudo, “a sólidas perspectivas financeiras”. Opiniões veiculadas em mídias de grande visibilidade, como no caso mencionado, apenas reiteram a idéia de que hoje o bom momento econômico brasileiro reflete na valorização política do idioma.

Obviamente, é necessário que os profissionais da área de ensino se concentrem na oportunidade de desenvolvimento aparente e trabalhem para aprimorar técnicas de aprendizagem e materiais didáticos, com a intenção de garantir excelência no estudo do português e, numa ótica mais geral, a consolidação do idioma de maneira sólida na hierarquia da política linguística mundial.

Bibliografia

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como Falam os Brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JÚDICE, Norimar (Org.); *O Ensino de Português para Estrangeiros*. Niterói: EDUFF, 1996.

FILHO, José Carlos P. de Almeida; LOMBELLO, Leonor C. (Org.). *Identidade e Caminhos no Ensino de Português para Estrangeiros*. Campinas: Pontes: Universidade Federal de Campinas, 1992.

SILVA, Pedro da; SOBRINHO, Feijó. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e Relações Culturais, Politico-Diplomáticas e Econômicas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

HUMANIDADES, Brasília: Editora UnB, v. 1, nº 4, 1983 –

MALAGUTI, Simone; *Língua Portuguesa*, São Paulo: Escala Educacional, nº16, 2007 –

MATEUS, Maria Helena Mira. *Difusão da Língua Portuguesa no Mundo*. FLUL/ ITEC, 2008.

Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/01.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2012.

MENEZES, Olívia M. Araújo. *A Política do Idioma no Brasil: A Perspectiva Internacional*. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB, 106p., 1993.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa>